



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 007/2014

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1
2
3
4
5
6
7
8
9 Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, às 09h e 30min (nove
10 horas, trinta minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 –
11 14º andar, a quatrocentésima quarta reunião do Conselho de Administração do
12 PREVIMPA. A sessão foi presidida pelo conselheiro André Brum de Sá e Luís Fernando
13 de Fraga Silva, como Secretário. Estiveram presentes os conselheiros titulares e suplentes
14 que assinam esta ata. Aberta a sessão o Presidente perguntou se algum conselheiro teria
15 alguma alteração a ser efetuada na ata nº 006 de 22/04/2014, como não houve solicitação
16 de alteração colocou em votação, sendo aprovada por unanimidade. Passando aos
17 informes, o Conselheiro Eros fez um breve relato sobre a questão de investimentos do
18 Fundo Petros, Petrobras, em banco falido e que as perdas somam mais de um bilhão.
19 Passando à pauta do dia, o presidente passou a palavra aos atuários Dalvin e Aline que
20 realizaram a apresentação do Cálculo Atuarial 2014. Após a apresentação o presidente
21 André abriu para questionamentos. O conselheiro Luís Fernando questionou quanto ao
22 motivo dos ocupantes de cargos em Comissão, contribuírem para o Regime Geral de
23 Previdência e não para o PREVIMPA. O atuário Dalvin respondeu que trata-se de uma
24 determinação de lei federal. O conselheiro Luís Fernando sugeriu que seja incluído no
25 cadastro do servidor a informação sobre se o seu cônjuge também é servidor do município.
26 Questionou também, o motivo pelo qual, já em 2027, o resultado previdenciário será
27 negativo. O atuário Dalvin explicou que isto ocorrerá em virtude de as pessoas estarem
28 ingressando no município com idade avançada, trazendo tempo de serviço externo e assim
29 contribuindo por menos tempo para o RPPS. A conselheira Fátima salientou a necessidade
30 de termos dados confiáveis, o mais próximos da realidade possível, lembrou que no ano
31 passado foi falado a respeito da contratação de serviços para recadastramento e perguntou
32 como está este processo. A atuária Aline informou que atualmente está sendo implantado o
33 SIPREV. O conselheiro Laerte informou que, como está sendo investido dinheiro do BID
34 para a contratação do serviço de recadastramento, a licitação teve que ser de âmbito
35 internacional, o que atrasou o processo. Informou, ainda, que em 2015 será possível
36 realizar o cruzamento de dados. O conselheiro Ricardo perguntou se quando são feitas as
37 projeções para o plano previdenciário, são considerados os servidores entrantes em
38 substituição aos servidores do Regime de repartição Simples. O atuário Dalvin respondeu
39 que o Ministério da Previdência não permite, deve ser levado em consideração somente os
40 servidores aposentados do regime de Capitalização. A conselheira Cleida perguntou se a
41 compensação previdenciária entre os municípios e o estado depende de lei e se esta lei
42 depende de acordo entre os entes. O atuário Dalvin respondeu que sim e o conselheiro
43 Laerte salientou que a dificuldade em aprovar a lei que permitiria esta compensação está
44 no fato de que muitos municípios não teriam recursos reservados para fazer a transferência

45 dos valores da contribuição previdenciária por ocasião da transferência de algum de seus
46 servidores para o município de Porto Alegre. O conselheiro Mário perguntou como é
47 possível o resultado previdenciário, em 2027, ser negativo e o saldo financeiro ser positivo.
48 O atuário Dalvin respondeu que isto é possível devido à reserva que existirá e salientou
49 que o resultado previdenciário é a diferença entre a receita oriunda das contribuições
50 previdenciárias e as despesas previdenciárias. A conselheira Tatiana comentou que através
51 da avaliação atuarial é possível definir a necessidade de alteração da alíquota de
52 contribuição e perguntou porque foi feita a alteração de alíquota somente em dezembro de
53 2013 e não antes. A atuária Aline respondeu que esta necessidade de alteração de alíquota
54 foi apontada no cálculo atuarial de 2013 com a indicação de cobrança a partir de janeiro de
55 2013, porém, para isto era necessária ser aprovada na Câmara Municipal e o projeto passou
56 todo o ano de 2013 aguardando votação, o que ocorreu somente em dezembro de 2013,
57 retroagindo seus efeitos a janeiro de 2013. Não havendo nada mais a tratar o presidente
58 agradeceu aos atuários pelas informações e encerrou a reunião às 11h (onze horas) e foi
59 lavrada a presente Ata que vai assinada por mim Luís Fernando de Fraga Silva, Secretário
60 de Mesa e pelos demais presentes.

61

62

63 André Brum de Sá – Presidente

Luís Fernando de Fraga Silva – Secretário

64

65

66 Rodrigo Machado Costa

Juarez José da Silva

67

68

69 Edson Zomar de Oliveira

Mário Fernando Antônio da Silva

70

71

72 Eros Miguel Sadowoy Martins

Adão Tadeu Gomes de Oliveira

73

74

75 Teresinha Casagrande

Fátima Regina Carlos Saikoski

76

77

78 Francisco José Menezes da Silva

Idalina Fagundes Venturini

79

80

81 José Marcelino Heck

Luís Ferrari Borba

82

83

84 Pedro Luis Martins

Tatiana Caroline Manica Schapke

85

86

87 Ricardo Zucareli Pulvirenti

Laerte Campos de Oliveira

88

89

90 Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes

Clarazete Gautério de Farias